

SOCIEDADE, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.

Antenor Martins de Lima Filho¹

“O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões” Paulo Freire

Desde a sua origem, o ser humano, como todo ser vivo, age sobre a natureza com a finalidade de sobreviver como espécie. No entanto, diferente dos outros animais que atuam sobre a natureza a partir de códigos genéticos biologicamente determinados, isto é, nascem adaptados ao seu meio, o ser humano necessita transformar a natureza para adaptá-la as suas necessidades e assim sobreviver.

O uso dos recursos naturais e, conseqüentemente, a transformação da natureza não são práticas recentes. Porém, ao longo da história da humanidade, a forma como os seres humanos intervêm na natureza para garantir a sua sobrevivência vem se transformando.

Podemos estudar uma sociedade por seus mais diferentes aspectos culturais, religiosos, institucionais, econômicos, etc. Entretanto, pode-se afirmar que um dos elementos determinantes para a organização e funcionamento da sociedade que caracteriza cada um dos diferentes tipos de sociedade consiste nas **relações de produção**, isto é, as relações que os seres humanos estabelecem entre si para produção e distribuição de bens necessários para a sua sobrevivência.

Evidentemente, ao longo da história da humanidade as relações de produção se apresentaram de forma diferente, pois as condições de cada época determinavam os elementos objetivos para a sua realização. A esta maneira de como o ser humano produz sua sobrevivência desde a sua origem damos o nome de **modo de produção**.

¹Graduado em Ciências Sociais pela PUC/PR e Mestre em Educação pela UFPR

Com o passar dos anos, a espécie humana tem produzido de forma diferente aquilo que necessita, então, pode-se afirmar que a história da humanidade é a história da transformação da sociedade humana pelos diversos modos de produção.

Portanto, para entendermos o sistema de produção capitalista que vivemos hoje, e o conceito de desenvolvimento que ele gerou, é necessário conhecermos os diversos modos de produção da história da humanidade, que criaram as condições objetivas para o seu aparecimento.

Inicialmente, os humanos viviam em grupos (bando ou tribo) e dependiam exclusivamente dos recursos da região em que se encontravam. Sobreviviam graças à coleta e ao extrativismo, não dominavam a natureza e ainda não conseguiam transformá-la para sua sobrevivência, apenas retiravam da natureza aquilo que já estava pronto. Foi com a descoberta da agricultura, aproximadamente há dez mil anos atrás, que o ser humano começa a transformar a natureza para produzir a sua sobrevivência.

A principal característica deste momento histórico é que o ser humano produzia o seu alimento utilizando suas próprias mãos, e não existia a divisão social do trabalho. Porém, com o aperfeiçoamento de técnicas de plantio, pela primeira vez na história o ser humano é capaz de produzir mais alimento do que necessita (excedente). Esta forma de produzir é chamada de **modo de produção primitivo**, o primeiro e mais longo da história da humanidade, e o que menos provocou impactos ao meio ambiente. A população era escassa, a tecnologia rudimentar e o uso dos recursos naturais não afetavam consideravelmente a natureza.

Com a produção de excedentes de alimentos por determinados agrupamentos humanos surgem os primeiros conflitos entre grupos, tanto para roubar o excedente de comida, quanto para o domínio das melhores terras. Quando um determinado grupo, ao invés de sacrificar o seu inimigo, o utiliza como mão de obra para produção de alimento ocorre uma transformação no modo de produção, pois, se no modo de produção primitivo o ser humano conseguiu o seu alimento utilizando suas próprias mãos, agora ele utiliza a mão-de-obra de outro, surgindo assim o chamado **modo de produção escravista**, que predominou em toda a história antiga.

Na sociedade escravista os meios de produção (terras e instrumentos de produção) e os escravos eram propriedades do senhor, o escravo era considerado um instrumento, um objeto ou até mesmo uma ferramenta. Foi com este modo de produção que a humanidade alcançou grandes desenvolvimentos, deixando de viver em tribos e se organizando em sociedades mais estruturadas, surgindo as leis, o estado, etc. Os grandes impérios que conhecemos da chamada história antiga (egípcio, grego, romano) se estruturaram e se organizaram a partir do modo de produção escravista, que dura aproximadamente cinco mil anos (porém, não podemos nos esquecer de que o modo de produção escravista existiu no Brasil até bem pouco tempo atrás, sendo proibido legalmente só em 1888). Neste período o ser humano intensifica o seu avanço sobre a natureza, na medida em que ocorrem os primeiros grandes desmatamentos de florestas para o uso da terra.

A mudança do modo de produção escravista para o **modo de produção feudal** ocorreu somente com o fim do chamado Império Romano, quando após quase mil anos de domínio começa, por diversas razões que não vamos tratar mais detalhadamente aqui, a perder espaços para outras sociedades da época, que conhecemos na história como “povos bárbaros”.

Neste momento da história, a vida em cidades, base da sociedade romana, ficou muito perigosa, pois estas eram alvos de constantes ataques de mercenários e saqueadores. A insegurança gerada pelas constantes invasões bárbaras levou as pessoas a irem buscar abrigo no campo, onde os que tinham condições econômicas construíam grandes fortificações em terras chamadas de feudos. Os ex-escravos e os camponeses se agregavam a eles no regime de arrendamento; os servos não eram como os escravos, eles cultivavam um pedaço de terra cedido pelo senhor, em troca de alguns dias da semana trabalhar nas terras do senhor, além de pagarem impostos e taxas. Na verdade, a diferença principal que gerou uma mudança no modo de produção é que para produzir sua sobrevivência o servo ganhava um pedaço de terra em troca de seu trabalho nas terras do senhor. Certamente no período feudal as florestas, principalmente da Europa,

começaram a ser destruídas para a formação das grandes plantações; neste momento se inicia uma mudança na paisagem da Europa provocada pela interferência do ser humano.

Após mil anos a sociedade feudal entra em crise, as terras cultiváveis começam a perder produtividade e a organização da produção na Europa entra em declínio. Isto provocou uma mudança principalmente na esfera econômica, pois a organização do trabalho se alterou profundamente, renascendo lentamente a vida nas cidades. Os ex-servos que conseguiam sair do sistema de servidão iam para as vilas e cidades (burgos)² viver do trabalho artesanal e do comércio. Após três séculos a Europa caminhou do mundo agrário para o mundo urbano-industrial.

Esse modo de produção, que se originou do comércio e da manufatura, foi o responsável pelo desenvolvimento de novos avanços tecnológicos, dando origem à moderna indústria.

Nesta nova etapa histórica, sob o **modo de produção capitalista**, a fonte de riquezas não é mais a terra, mas sim a propriedade de fábricas, máquinas, bancos, isto é, a propriedade dos meios de produção. Assim, os poucos proprietários dos meios de produção se constituem na classe patronal (burguesia), enquanto uma imensa maioria de pessoas não-proprietárias constituem a classe trabalhadora, que, para sobreviver, troca sua capacidade de trabalho por salário.

A visão de mundo com o capitalismo alterou a idéia de progresso, propagando também a idéia de enriquecimento. A vida, dinâmica e competitiva, faz nascer o sentimento de individualismo, no qual o mercado, o dinheiro, o consumo, o desenvolvimento se tornam a base de toda e qualquer coisa. O conceito de desenvolvimento econômico da sociedade industrial capitalista valoriza, acima de tudo, a multiplicação quantitativa da produção de bens e de consumo.

É isso que fica explícito, em meados do século XIX, quando o capitalismo assume novo impulso em suas forças produtivas e em suas formas de exploração, deixando de se

² Nome dado às vilas que começavam a se formar no final do feudalismo e que nomearão o novo grupo social que vive do comércio e do trabalho artesanal, a burguesia.

estruturar como capitalismo mercantil e passando a se estruturar como capitalismo industrial.

Este novo momento da história vai criar uma outra divisão internacional do trabalho, que divide o mundo em nações industrializadas e nações não industrializadas. É assim que é formulada a teoria do desenvolvimento sob a ótica do modo de produção capitalista, que vai determinar as novas relações do ser humano com a natureza.

A consequência disso é que as diferenças entre as nações não são mais explicadas segundo o critério de natureza: civilizadas e selvagem-primitivas, mas pelo seu grau de desenvolvimento.

CONCEPÇÃO DE CAMPO (Texto extraído das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná)

É importante fazer uma distinção dos termos “rural” e “campo”. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas.

Como consequência das contradições desse modelo de desenvolvimento, está, por um lado, a crise do emprego e a migração campo-cidade e, por outro, a reação da população do campo que, diante do processo de exclusão, organiza-se e luta por políticas públicas, construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural que também inclui iniciativas no setor da educação.

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência.

Assim, essa compreensão de campo vai além de uma definição jurídica. Configura um conceito político ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da educação do campo se articula a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico.

A identidade dos povos do campo comporta categorias sociais como posseiros, bóias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sítiantes – dependendo da região do Brasil em que estejam – caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas.

A identidade política coletiva é gerada a partir da organização das categorias em movimentos sociais, a exemplo do MST, das etnias indígenas, dos quilombolas, dos atingidos por barragens e daqueles articulados ao sindicalismo rural combativo.

A identidade sociocultural é dada pelo conceito de cultura. Schelling (1991) traz uma definição de cultura como práxis que pode ser útil à educação do campo. Para a autora, a capacidade do homem de se transformar e ser transformado é uma característica humano-genérica (estruturar e ser estruturado) e essa capacidade está na base do conceito de cultura como práxis, por meio da qual

[...] o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (SCHELLING, 1991, p.32).

Nas teses sobre Feuerbach (trad. 1999, (p. 126), Marx afirma que “É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento”. Ele faz a crítica à doutrina materialista tradicional, para a qual os homens seriam produto das circunstâncias e da educação, bem como que os homens transformados seriam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada. Destaca que o materialismo tradicional “esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado” (FEUERBACH, 1991, p. 126). Por sua vez, Schelling cita Marx ao demonstrar o atributo genérico do modo humano de existir.

O animal forma uma unidade com sua atividade vital. Ele não distingue a atividade de si mesmo. Ele é sua atividade. Mas o homem faz de sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência. Ele tem uma atividade vital consciente. Não é uma determinação com a qual ele se identifique completamente. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais [...] Apenas por essa razão sua atividade é atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação, na medida em que o homem, por seu autoconsciente, faz de sua atividade vital, seu ser, apenas um meio para sua existência [...] (MARX apud SCHELLING, 1991, p.33).

É na práxis que o homem tem condições de superar a própria situação de opressão, mediante a análise de que a divisão do trabalho é característica de uma determinada formação social e não um fato natural. A práxis passa a ser condição para a ação revolucionária, de modo que os homens podem pensar o sentido de suas atividades, a sua organização política e ações conjuntas na luta contra a opressão.

Schelling (1991) cita a crítica de Gramsci ao conceito afirmativo de cultura:

Precisamos nos livrar do hábito de ver a cultura como conhecimento enciclopédico, e os homens como simples receptáculos a serem preenchidos com fatos empíricos e um amontoado de fatos brutos isolados, que tem de ser catalogados no cérebro como nas colunas de um dicionário, permitindo a seu proprietário responder aos vários estímulos do mundo exterior. Essa forma de cultura é realmente perigosa, em particular para o proletariado. Serve apenas para criar pessoas mal-ajustadas, pessoas que acreditam ser

superiores ao resto da humanidade por terem memorizado um certo número de fatos e datas [...] (GRAMSCI apud SCHELLING, 1991, p. 35).

Estudiosa de Gramsci, Schlesener (2002, p. 47) demonstra a compreensão que o respectivo político e filósofo italiano tem sobre cultura:

Dou à cultura este significado: exercício do pensamento, aquisição de idéias gerais, hábitos de conectar causa e efeito. Para mim, todos já são cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente, primordialmente, não organicamente.

Schlesener (2002, p. 47) demonstra que a cultura:

[...] apresenta-se como saber que se produz na relação com a ação, o pensar que cria e transforma [...] os homens são capazes de renovar, de mudar o mundo conhecendo a história e a sua própria capacidade de reviver “do seu esforço atual numa força do amanhã”.

Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos.

Assim, o conceito de cultura como práxis guarda relação com a compreensão da história como processo coletivo de autocriação do homem, sob a possibilidade de criar uma ordem social de maior liberdade e justiça (SCHELLING, 1991, p. 37-38).

Entender o campo como um modo de vida social contribui para auto-afirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza e como ser da natureza. Trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história. Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados

atingidos por barragens, pequenos proprietários, vileiros rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos e outros mais. Entre estes, há os que estão vinculados a alguma forma de organização popular, outros não. São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo.

Outra importante reflexão, quando se fala dos povos do campo, é o conceito de “camponês”, que é polêmico. Embora não seja objeto de reflexão deste texto, indicamos alguns referenciais que podem auxiliar em sua definição. Segundo Poli (1995, p. 124-125), os principais elementos para caracterizar o camponês são:

- É um trabalhador que cultiva uma pequena área de terra, com uso de ferramentas simples, ou pequenas máquinas de tecnologia rudimentar;
- Está baseado quase exclusivamente na mão-de-obra familiar, podendo empregar, esporadicamente, trabalhadores assalariados;
- Combina a produção dos meios de vida com a produção de mercadorias, sem as condições de acumular capital;
- É um sujeito inserido e reproduzido no interior do modo de produção capitalista, sem ser um capitalista, na sua essência;
- A família é a sua unidade básica de posse, produção e consumo;
- Organizado de forma coletiva, tem na própria família, no interior da sociedade global, a função de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das empresas capitalistas.
- A família camponesa está sempre ligada a uma unidade maior, o bairro rural, o grupo de vizinhança, a comunidade, sendo a família uma das unidades básicas de socialização;

- Mantém contato freqüente com a sociedade urbana, numa relação subordinada a ela, de inferioridade, social, política e econômica;
- Possui grau elevado de autonomia no processo de decisão e gestão da produção;
- O contato com o mercado é freqüente, com caráter parcial e incompleto; vende seus produtos excedentes e adquire mercadorias complementares para satisfazer necessidades básicas;
- Tem objetivos de produzir valores de uso e não valores de troca;
- Sua agricultura está voltada à manutenção de um modo de vida e não de um negócio.